

Corpos que importam e gestos que apagam: entre os rastros da violência e o movimento LGBT na atualidade

João Paulo de Lorena SILVA¹
Wendel Souza SANTOS²

Resumo

A pesquisa aborda as contribuições do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) na mídia eletrônica através de sites e seus reflexos na busca dos direitos humanos, sobretudo no que diz respeito à cidadania homossexual. Como tal movimento é amplo e perpetuado por diversas ONGs em muitos sites e blogs na Bahia, delimitamos o presente estudo enquanto qualitativo de natureza bibliográfica, tendo como foco a análise de conteúdos do site oficial do GGB- Grupo Gay da Bahia. Cabe ressaltar que o GGB desenvolve relatórios no site do próprio grupo referentes a crimes homofóbicos, bem como relacionados à promoção dos Direitos Humanos e Cidadania Homossexual. Neste contexto, percebemos que os objetivos do GGB visam estimular a criação de iniciativas que objetivam conter e problematizar (a falta de) iniciativas para conter crimes homofóbicos, a fim de que, documentando e divulgando a incidência e problemática dos crimes homofóbicos, possa-se assim alertar a sociedade e incitar os poderes públicos de modo a erradicar tais ocorrências.

Palavras- chave: Direitos Humanos. Cidadania Homossexual. GGB. Sites e Blogs.

Abstract

The research discusses the contributions of LGBT movement (lesbians, Gays, bisexuals, transvestites and transsexuals) in electronic media through websites and your reflexes in the pursuit of human rights, especially with regard to homosexual citizens. As such movement is broad and perpetuated by various ONGs in many websites and blogs in Bahia, pinpoint the current study qualitative bibliographic in nature, while focusing on the analysis of content of the official website of GGB- Gay Group of Bahia. It is noteworthy that the GGB develops Group's own website reports relating to homophobic crimes, as well as related to the promotion of human rights and citizenship Homosexual. In this context, we realize that the goals of the GGB aim to stimulate the creation of initiatives that aim to contain and to problematize (the lack of) initiatives to contain

¹ Pós-graduando de Especialização em Filosofia Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Culturas (GECC), da Faculdade de Educação da UFMG. E-mail: joaopaulopalmas@gmail.com

² Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. E-mail: wss181@hotmail.com

homophobic crimes in order that, documenting and disseminating the incidence of homophobic crimes and problematic, can thus warn the society and incite the public authorities in order to eradicate such occurrences.

Keywords: Human Rights. Homosexual Citizenship. GGB. Websites and Blogs.

Introdução

A violação aos direitos humanos infelizmente pode ser verificada através de números e dados mais alarmantes a cada ano. São mulheres vítimas de violência doméstica, indivíduos de ambos os sexos vítimas de abuso sexual e, neste quadro, também estão situados os homossexuais, vítimas de violência homofóbica. No bojo dessas questões, urge a internet como propagadora de ocorrências e como ferramenta de discussões que possibilitam novos olhares a partir da apresentação do resultado de silenciamentos, medos e consequências de uma sociedade cada vez mais descontrolada. Assim, são inúmeros casos de denúncias por meio da internet sobre violações dos direitos a partir dos mais amplos quesitos. Lançando as lentes sobre a homossexualidade e as mazelas que sobre ela se direcionam, temos a agravação de incidentes relacionados aos homossexuais, já que, em alguns países, as leis vigentes chegam a criminalizar a homossexualidade/bissexualidade penalizando-a com prisão e em alguns casos com a morte.

A sociedade mundial tende a inserir-se em ambientes de circulação de saberes e conhecimentos e isso gera a expansão da influência e participação social de todo tipo de movimento, como o LGBT, que ganha forças muito expressivas nas redes. Logo, a partir desse escopo de observação, urge a necessidade de estudos acerca de seus desdobramentos em busca da afirmação da cidadania homossexual, enquanto genuína em relação a todo tipo de cidadania: da mulher, dos negros, dos índios. Falar em minorias ou em especificidades quando a constituição nacional prevê direitos (e deveres) de todo cidadão não é pautar-se na busca de privilégios diferenciadores, como pode parecer a muitos. Trata-se de averiguar e assinalar que a cidadania de alguns requer olhares mais atentos, já que se encontra mais ameaçada que a de outros. Em oposição ao homem branco heterossexual, as mulheres, os negros, os índios, os

indivíduos que se identificam com outras sexualidades para além da heterossexualidade ainda hoje sofrem pela condição de estarem em desacordo com a identidade “padrão”, que teve a cidadania resguardada acima de todas as outras. Isso sem mencionarmos quesitos como escolaridade e renda, que passam a ser divisores de águas nada ínfimos em relação à cidadania que tanto se defende constitucionalmente. Acima de tudo está o direito de não ser morto por “ser quem se é” ou por identificar-se de modo diferente dos demais – sobretudo na sexualidade.

As discussões em todos os espaços, inclusive e principalmente na escola, precisam levar em consideração este contexto e problematizar para possibilitar a construção de uma consciência crítica nos discentes. Desse modo, pensar a tecnologia de informação como redefinição de uma prática pedagógica para a “desconstrução”³ vai além da técnica, já que essa possibilidade abre a opção de criar espaços de reflexão e formação para que o internauta aprenda e se adapte ao atual cenário de mudanças constantes e se situe em relação a estas mudanças. A exposição às notícias e debates acerca de temas que são caros a busca da cidadania de todos os indivíduos não pode ser negligenciada em prol de um planejamento estéril e que não renda a alçada de novos e outros voos acerca de quem somos e quem podemos ser enquanto construtores do presente.

A tecnologia tem se manifestado amplamente através de hábitos, necessidades, formas de pensar a realidade, de obter informações, de comunicar-se ou utilizar a linguagem. Isso modifica as maneiras de relacionar-se nas mais diversas esferas da vida. Neste contexto, Penteadó (1998) diz que educar para o uso das mídias é mais do que ensinar a mexer no computador, a navegar e pesquisar informações na internet. É dar condições para que os estudantes saibam, por exemplo: selecionar e decidir; estabelecer pontes e/ou conexões com outros assuntos; administrar o tempo de uso das mídias (televisão, computador, celular, videogame, internet, entre outras), interpretar; comunicar; relacionar. Se este processo for relacionado com a educação emancipadora, evidenciar-se-á a importância da necessidade de compreender os processos que remetem

³ Crítica à pedagogia tradicional. A sexualidade encontra-se, portanto, sujeita ao discurso de uma pedagogia cultural que se encarrega de “reproduzir tipos específicos de comportamentos, valores, hábitos, atitudes pessoais conectados com o tipo de sociedade na qual os indivíduos estão inseridos (MENEZES, 2012, p 12)”.

a contextos amplos de participação em ambientes de práticas de linguagem diversas na atualidade.

Em junho de 2001, o departamento de Direitos Humanos da ONU, através de seus relatores e relatoras, percebeu a necessidade de inserir abordagens importantes para as questões que aqui refletiremos quando decidiram introduzir em seus trabalhos os temas de Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Desse modo, foi solicitado aos grupos ativistas LGBT o encaminhamento de denúncias sobre a violação de direitos e, com a investigação dessas apurações, os/as especialistas passaram a dispor de maior autoridade e influência para questionar os governos sobre os possíveis abusos.

Quando pensamos na violação dos direitos humanos de pessoas LGBT, no contexto dos mecanismos de defesa internacional, é importante observar as áreas nas quais os/as especialistas fazem o recorte para nossas demandas:

Tortura: maus tratos por agentes do Estado, condições de detenção, consentimento do Estado frente à violência contra LGBTs por agentes privados;

Violência contra as mulheres: violência de gênero, crimes passionais e de ódio, exploração sexual, regulação da sexualidade feminina e dos direitos sexuais e reprodutivos e direito de maternidade das mães lésbicas;

Liberdade de Opinião e Expressão: a possibilidade de se expressar publicamente a orientação sexual e identidade de gênero mediante as vestimentas, documentos e conduta social, dados sobre abusos e violações aos direitos dos LGBTs e direito à privacidade e confidencialidade quanto a informações médicas;

Execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias: ameaças e assassinatos de pessoas devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Nestes contextos, a população LGBT enfrenta muitos riscos, porque na prática cotidiana o trabalho das ONGs questiona as estruturas governamentais, midiáticas, sociais e religiosas, entre outros, muitas vezes colocando em xeque práticas tradicionais e preceitos religiosos que podem ter sido utilizados para justificar ou negligenciar a violação dos direitos dessa comunidade.

Isso já faz com que tornemos presentes as palavras de Althusser (1969) que situa a educação, a igreja, os sindicatos, a família e a grande mídia como um dos Aparelhos Repressivos de Estado para que esses possam atuar, ideologicamente, sobre as pessoas

exploradas, por meio de um sistema que funciona pelo uso de poderes ou micropoderes (como, por exemplo, uma ordem que regulamenta os discursos, interditando-os ou não), reproduzindo a exclusão, a desigualdade e a discriminação.

Cabe acentuar que no mundo todo quase 80 países tratam as relações consentidas entre pessoas do mesmo sexo como um delito criminal, sendo que em 7 pune-se com a morte. As pessoas transgêneras e transexuais estão em uma situação especial de vulnerabilidade e risco, sendo alvo preferencial dos crimes de ódio devido à sua visibilidade. Por trás disso, estão as consequências de não se “adequarem” aos padrões de “normalidade” requeridos socialmente, em que tudo o que é abjeto, estranho, diferente, que vive à margem, passa a ser excluído, sofre violência física e moral como uma espécie de punição por ser diferente dos demais. Poderíamos nos perguntar: por que a questão da verdade foi colocada com o passar do tempo em relação ao prazer sexual? A pergunta de Michel Foucault cada vez mais se atualiza se fazendo presente em práticas, repressões e (in)visibilidades que (des)velam silenciamentos e apresentam que os corpos, os atos disciplinares e as vivências podem alimentar círculos viciosos cada vez mais perversos.

Discriminação e violência contra LGBTs: a vulnerabilidade na rede

A violência contra homossexuais é, sem dúvida, uma das faces mais trágicas de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ou homofobia no Brasil e também tem sido frequente nos espaços das redes sociais. O Grupo Gay da Bahia- GGB possui um amplo arquivo de denúncias contra discriminações nos mais diversos seguimentos da sociedade, entre eles, encontramos também vinculadas a difamações pela grande mídia como mostramos a partir do exemplo a seguir:

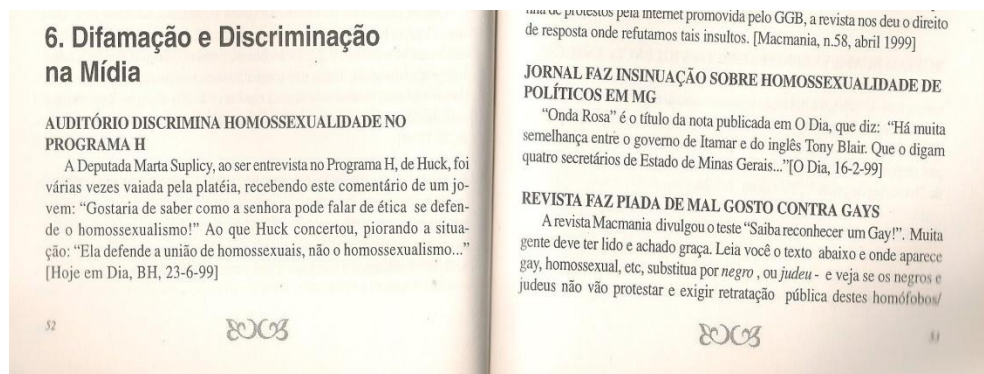


Figura 1: Texto Difamação e Discriminação na Mídia
Fonte: MOTT, Luiz, 2000b.

Tal violência tem sido denunciada com bastante veemência pelo movimento LGBT por meio do site do GGB e também através de publicações em livros e periódicos, com a participação de pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e de organizações da sociedade civil que têm procurado produzir e divulgar dados cada vez mais relevantes sobre estes contextos.

Para além da situação extrema do assassinato, muitas outras formas de violência vêm sendo apontadas, envolvendo familiares, vizinhos, colegas de trabalho ou instituições públicas – como a escola, as forças armadas, o judiciário ou a polícia. Pesquisas recentes sobre a violência que atinge os homossexuais podem apresentar indícios mais precisos acerca dessas dinâmicas mais silenciosas e cotidianas da homofobia, tais como humilhações, ofensas e extorsões. Vale ressaltar que o Brasil situa-se como um dos países com mais altos índices de assassinatos homofóbicos, nada disso tem sido o bastante para suscitar clamor público. A partir de dados alarmantes, MOTT (2006, p. 514) afirma que:

Infelizmente, verdade seja dita, somos obrigados a reconhecer que os homossexuais continuam sendo vítimas do preconceito e da discriminação. Todos nós já ouvimos mais de um pai declarar: “prefiro ter um filho ladrão do que homossexual”! Os dados comprovam inegavelmente que os homossexuais estão vulneráveis à violência: em Brasília, 88% dos jovens entrevistados pela Unesco consideram normal humilhar gays e travestis, 27% não querem ter homossexuais como colegas de classe e 35% dos pais e mães de alunos não gostariam que seus filhos tivessem homossexuais como colegas de classe. Mais grave ainda: no Brasil, um gay, travesti ou

lésbica é barbaramente assassinado a cada dois dias, vítima da homofobia.

No bojo destas considerações cabe assinalar que a situação de vulnerabilidade dos homossexuais tem origem histórica. Influenciados pelo determinismo biológico, muitos sustentaram, apoiados em preceitos religiosos ou “biologicistas”, a inferioridade das práticas sexuais que não fossem destinadas à procriação. Desse modo, diferentes discursos sobre sexualidade privilegiam determinados grupos sociais, desfavorecendo outros. Este modo distorcido de encarar as diferenças tem gerado, historicamente, sérios processos de exclusão e, nestas instâncias, as relações de poder passam a saltar aos olhos sob as vestes repressivas de comportamentos prescritos social e culturalmente e a alteridade passa a ser cada vez mais deixada de lado.

A partir de forças disciplinadoras, temos estas inseridas no interior de relações de poder que incidem sobre os corpos buscando regular, normatizar, prescrever e tornar “naturalizados” os gestos coletivos relacionados ao cuidado de si, já que “a compreensão que temos de nós mesmos como pessoas capazes de efetuar escolhas livres e autônomas é, ela própria, uma construção que nos permite ser governados” (MARSHALL, 2002, p. 22). Assim, a sexualidade, afirma Foucault (2009), é um “dispositivo histórico”. Em outras palavras, ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades” sobre os corpos.

Segundo Louro (2000), distintas e divergentes representações podem circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo “reais”. Para ela, é preciso destacar cada vez mais que é legítimo o direito que os grupos sociais que ocupam as posições centrais, naturalizadas (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc.) têm de não apenas representar a si mesmos e de serem respeitados por isso. Por isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas se representam ou são representadas e os significados que atribuem às suas experiências e práticas é, sempre, atravessado e marcado por relações de poder. A “política de identidade”, antes referida, ganha sentido nesse contexto, pois, como diz Tomaz Tadeu da Silva (1998), é através

dela que “os grupos subordinados contestam precisamente a normalidade da hegemonia” das identidades tidas como “normais”.

Cada vez mais, adolescentes e adultos experimentam a maternidade e a paternidade, através de uniões afetivas e sexuais estáveis entre sujeitos do mesmo sexo que se tornam exponencialmente visíveis; e assim os arranjos familiares se multiplicam e se modificam (LOURO, 2000). Concomitantemente, verificamos que essas novas formas de viver a sexualidade se fazem presentes através das discursivizações estabelecidas em redes sociais. Nunca se falou tanto em sexo e tão amplamente. Em contraposição a isso, as forças perturbadoras do sexo emergem como passíveis de ser controladas apenas por uma moralidade muito definida – e repressora-, uma moralidade inscrita em instituições sociais: o casamento, a heterossexualidade, a vida familiar e a monogamia (Weeks, 2000).

No entanto, a sexualidade não é um fenômeno biológico somente (o corpo reinando soberano a partir da presença ou ausência da genitália), ela é social e histórica. Assim, nossas definições, convenções, crenças, identidade e comportamentos sexuais não são resultados de uma simples evolução: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder, situadas entre resistências e repetições de padrões (re)formulados sob as vestes da cultura e da história de cada um que se entrecruza com a história das relações de saber-poder que circundam os espaços sociais em que a humanidade vive.

Movimentos LGBTs na rede: o caso do grupo GGB (Grupo Gay da Bahia)

De acordo com Gohn (2005), os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil e suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva no movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da

solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

O início do movimento LGBT no Brasil remonta ao final dos anos 70. Neste contexto, em duas décadas e meia, o GGB-Grupo Gay da Bahia — o mais antigo do país e da América Latina — fez história no estado e no país e tem ganhado espaços significativos nas redes. Durante esse tempo, tem lutado pela parceria civil entre homossexuais e direitos da comunidade LGBT, a mais vulnerável em relação à observância de seus direitos humanos.

Para ter ideia da relevância de sua atuação vale destacar que, entre 1980-1999, o Grupo Gay da Bahia (GGB) documentou a ocorrência de 1.830 assassinatos homofóbicos, sendo que apenas em 1999 foram registrados 169 homicídios, perfazendo uma média de um crime a cada dois dias. Tendência, aliás, que vem aumentando, pois enquanto na década de 80 matava-se em média um homossexual por semana, na década de 90 houve um crescimento significativo para um homicídio a cada três dias, e, atualmente, essa média agravou-se ainda mais: hoje um homossexual é assassinado a cada dois dias. Crimes, em sua maior parte, praticados com requintes de crueldades, motivados pelo machismo e homofobia – o ódio patológico aos homossexuais (Mott, 2000a).

Apesar destes números serem chocantes – 1830 assassinatos em duas décadas – tais cifras estão muito aquém da realidade, representando tão somente a ponta de um *iceberg* de sangue e ódio. Não havendo estatísticas oficiais sobre crimes de ódio no Brasil, como mostramos na figura 2, o GGB tem como coleta de dados notícia de jornal e de outras fontes a fim de documentar tão cruel genocídio.

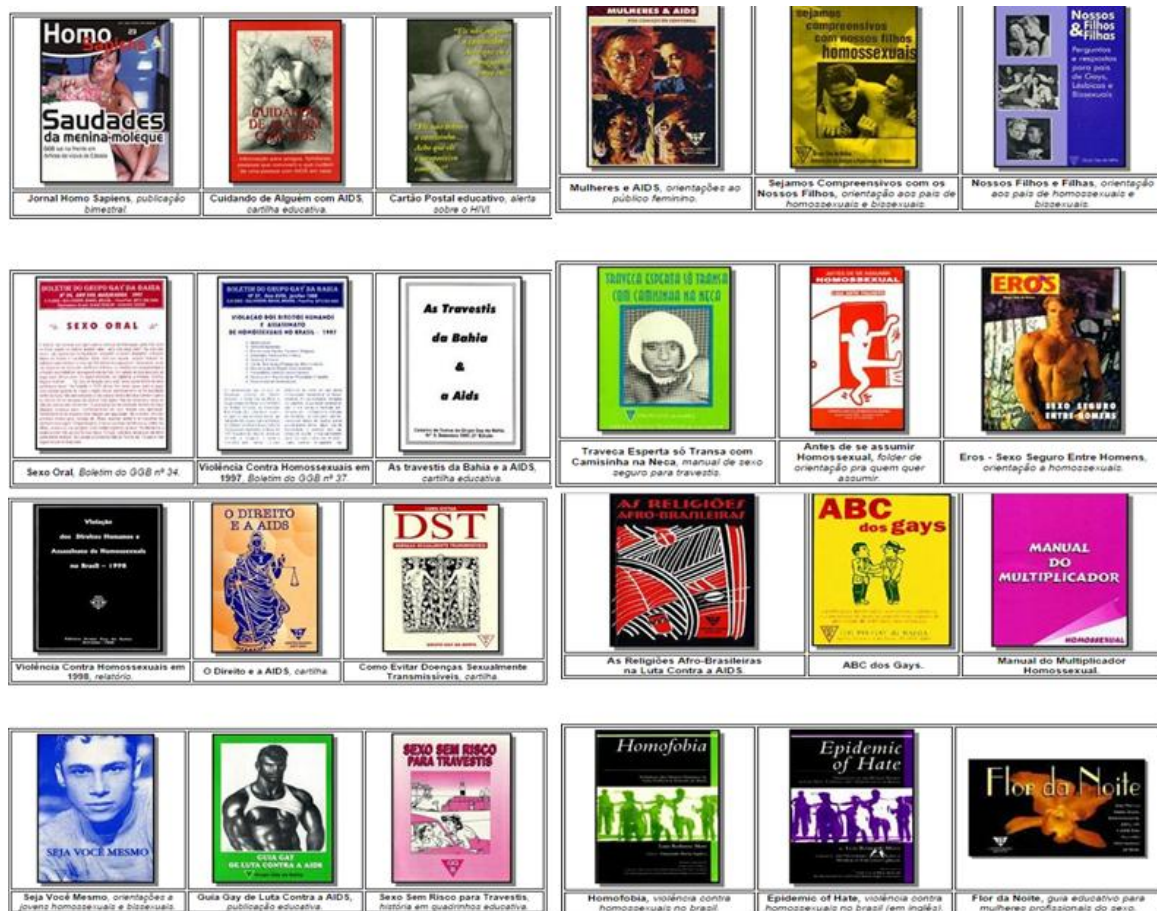


Figura 2: Publicações do Grupo Gay da Bahia- GGB
 Fonte: <http://www.ggb.org.br/publica.html>

Com base nesta experiência de mais de duas décadas de coleta de informação, tratamento de dados, divulgação e implementação de políticas denunciadoras e mobilização da própria comunidade homossexual local contra crimes homofóbicos, o Grupo Gay da Bahia apresenta, de forma didática e sintética, cada vez mais formas, a partir de seu exemplo, de como implementar em todos os estados brasileiros, e quiçá nos demais países latino-americanos, Centros de Documentação e Denúncia de crimes contra pessoas LGBT.

Denunciar a violência cometida contra os homossexuais é o primeiro passo para a construção de nossa cidadania, na medida em que a maioria das pessoas, seja o cidadão comum, sejam os representantes dos órgãos governamentais, desconhecem esta triste e dramática realidade: a cruel mortandade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e

transexuais. Realidade encoberta pelo silenciamento de muitos e que necessita ser inadiavelmente denunciada a fim de impedir novas execuções.

Assim sendo, ao denunciar e analisar o homicídio de homossexuais, jamais, segundo os relatos dos arquivos do GGB, as vítimas são tratadas como “coitadinhos” ou incapazes de enfrentar e superar tais violências. Pelo contrário: objetiva-se escancarar a força e a maldade da homofobia com vistas a sensibilizar e problematizar a partir da exposição de tais incidências. Deixar de denunciar tais assassinatos e violações dos direitos humanos das minorias sexuais e não se indignar com tal carnificina, estas sim, tornam-se, portanto, posturas condenáveis, posto que, como ensina a sabedoria popular, “quem cala, consente”, e a indignação, o grito e a denúncia são as principais armas dos oprimidos na luta pelo respeito e pelo direito à vida. Falar a partir do lugar e sobre o lugar de movimentos sociais implica, portanto, chamar a atenção, neste caso, para a sexualidade como questão social e política, seja como fonte de estigmas, intolerância e opressão, seja como meio para expressar identidades e modos de vida.

Considerações finais

O presente trabalho partiu de uma observação analítica que visou apreender qualitativamente a participação de um movimento social da Bahia destinado a atender os direitos homossexuais e situá-lo no contexto em que a violência homofóbica se insere na atualidade. Ao compartilhar essa experiência, percebemos que os objetivos do GGB estão norteados a partir do ato de estimular que se torne possível a criação de iniciativas que visem preservar e defender os direitos das minorias e para que, documentando e divulgando a crueldade dos crimes homofóbicos, possa a sociedade ser sensibilizada e estimular o pressionamento dos poderes públicos de modo a erradicar do mundo tais assassinatos de qualquer ordem.

Cabe acentuar o papel da escola na transformação de espaços a partir da problematização de temas que não podem mais ser deixados de lado, que não podem ser negligenciados em prol do que “deve” ser ensinado de acordo com currículos inertes e carentes de significação emancipatória. Ao invés de partir de conteúdos prescritos pelo livro didático, muitas vezes desatualizado, e de falas repetitivas que não acrescentam

para alimentar o espírito crítico dos estudantes, poder-se-ia inserir na escola e em casa assuntos que nos rodeiam. Corpos e sexualidades estão no entorno de todos os sujeitos escolarizados e não podem ser deixados de lado.

Finalmente, cabe acentuar que, neste contexto, há uma infinidade de temas que poderiam ser trazidos à tona. Mais que reproduzir comportamentos aceitáveis cabe discutir o que torna alguns comportamentos aceitáveis e outros não, e como, com o passar do tempo, se foi relegando a alguns corpos o status de legítimos em detrimento de outros. Ir além das imposições e questionar as prescrições regulatórias, eis o papel da escola e da sociedade, ao invés de permitir que o silêncio perpetue e se alastre por aí...

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3. ed. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença Ltda., 1969.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade In: **A vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Alburquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal. 19ª ed, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARSHALL, J. D. “Governamentalidade e Educação liberal”. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O sujeito da Educação**. Pp. 21-34, 2002.

MENEZES, Marcelo Lima de. **Educando para diversidade: uma questão de direitos**. Sergipe: J. Andrade, 2012.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 14(2): 248, pp. 509- 521, maio/ago.2006.

MOTT, Luiz. **Assassinatos de homossexuais: manual de coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000a, 72 p.

MOTT, Luiz. **Escravidão, homossexualidade e demonologia**. São Paulo: Ícone, 1988.

MOTT, Luiz. **Homofobia: A violação dos Direitos Humanos de gays, lésbicas & travestis no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1997.

MOTT, Luiz. **Violação aos Direitos Humanos e Assassinatos de Homossexuais no Brasil**: Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000b.

PENTEADO, Heloisa Dupas. Pedagogia da comunicação: sujeitos comunicantes. In: _____. **Pedagogia da comunicação**: teorias e práticas. São Paulo: Cortez, pp. 13-22, 1998.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 35-82, 2000.